

SUMÁRIO

SIGLAS	27
---------------------	-----------

INTRODUÇÃO	29
-------------------------	-----------

Parte I – TEORIA GERAL DOS RECURSOS, DA ORDEM DOS PROCESSOS E DOS PROCESSOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS

Capítulo I – Teoria geral dos recursos	33
---	-----------

1. Introdução e conceito	33
2. Modalidades recursais e competência legislativa	34
3. Características	35
4. Classificação dos recursos	36
4.1. Totais ou parciais	36
4.2. Principal e adesivo	38
4.3. Fundamentação livre ou vinculada	39
4.4. Ordinários e extraordinários	40
5. Princípios recursais	41
5.1. Introdução	41
5.2. Duplo grau de jurisdição	43
5.3. Taxatividade	45
5.4. Unirrecorribilidade	46
5.5. Fungibilidade	47
5.6. Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	50
5.7. Colegialidade	52

5.8. Dialecricidade	53
5.9. Consumação	54
5.10. Complementaridade	55
5.11. Imparcialidade no Âmbito Vertical	55
6. Efeitos dos recursos	58
6.1. Introdução	58
6.2. Devolutivo	58
6.3. Suspensivo	61
6.4. Translativo	63
6.5. Obstativo	66
6.6. Regressivo	67
7. Recurso adesivo	67
8. Pedidos possíveis nos recursos	74
9. Requisitos recursais (juízo de admissibilidade dos recursos)	76
9.1. Aspectos gerais	76
9.1.1. Requisitos de admissibilidade e sua classificação	76
9.1.2. Momento do juízo de admissibilidade	78
9.1.3. Natureza da decisão sobre a admissibilidade	80
9.1.4. Matéria de ordem pública	82
9.2. Requisitos em espécie	82
9.2.1. Cabimento	82
9.2.2. Legitimidade recursal	83
9.2.3. Interesse recursal	88
9.2.4. Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do poder de recorrer	90
9.2.4.1. Fato impeditivo	91
9.2.4.2. Fatos extintivos	94
9.2.4.2.1. Renúncia	94
9.2.4.2.2. Aquiescência	95
9.2.5. Tempestividade	96

9.2.5.1. Feriado local	102
9.2.6. Preparo	106
9.2.7. Regularidade formal	116
10. Verba honorária na fase recursal	116
11. Remessa necessária	125
11.1. Noção geral	125
11.2. Natureza jurídica	126
11.3. Hipóteses de remessa necessária	126
11.3.1. Situações do art. 496.....	
I, do CPC	126
11.3.2. Situações do art. 496.....	
II, do CPC	127
11.4. Situações fora do CPC	128
11.5. Dispensa da remessa necessária	128
11.5.1. <i>Dispensa da remessa necessária no mandado de se-</i> <i>gurança</i>	129
11.6. A remessa necessária no tribunal	130
12. Enunciados do FPPC	131
13. Quadro resumo	134
Capítulo II – Da ordem dos processos nos Tribunais	139
1. Introdução	139
2. Direito jurisprudencial (arts. 926 a 928)	140
3. Do registro à distribuição (arts. 929 a 931)	147
4. Poderes do relator (arts. 932 e 933)	150
4.1. Proibição da Decisão-Surpresa nos Tribunais	155
5. Designação de data de julgamento (arts. 934 a 936)	158
6. Sessão de julgamento e sustentação oral	160
7. Julgamento, pedido de vista e acórdão	165
8. Nulidades sanáveis no âmbito recursal	168
9. Incidente de colegialidade qualificada (art. 942)	170
10. Julgamento eletrônico	174

11. Julgamento parcial de mérito no âmbito dos tribunais	175
12. Enunciados do FPPC	177
13. Quadro resumo	181

Capítulo III – Processos de competência originária dos Tribunais ... 185

1. Introdução	185
2. Incidente de assunção de competência	186
2.1. Enunciados do FPPC	189
3. Incidente de arguição de inconstitucionalidade	190
4. Conflito de competência	194
5. Homologação de decisão estrangeira e concessão de <i>exequatur</i> à carta rogatória	198
5.1. Enunciados do FPPC	200
6. Ação rescisória	201
6.1. Noções gerais e conceito	201
6.2. Objeto	202
6.3. Extensão	204
6.4. Hipóteses de cabimento (fundamentos)	204
6.5. Prazo	212
6.6. Competência	214
6.7. Legitimidade	215
6.8. Petição inicial: requisitos, depósito prévio e admissibilidade ...	216
6.9. Juízo rescisório e rescindendo	219
6.10. Procedimento	220
6.11. Tutela provisória	224
6.12. Enunciados do FPPC	225
7. Incidente de resolução de demandas repetitivas	226
7.1. Aspectos gerais e conceito	226
7.2. Requisitos	228
7.3. Legitimidade	230
7.4. Competência	231
7.5. Pedido de instauração	232

7.6. Dinâmica procedimental	232
7.7. Suspensão dos processos pendentes	235
7.8. Recorribilidade	236
7.9. Formação de precedente obrigatório, sua abrangência, formação de coisa julgada e força executiva	237
7.10. Efeitos processuais práticos da tese fixada	238
7.11. Revisão de tese	239
7.12. Enunciados do FPPC	239
8. Reclamação	242
8.1. Introdução	242
8.2. Natureza jurídica	242
8.3. Cabimento	243
8.4. Competência	246
8.5. Legitimidade	247
8.6. Processamento	249
8.7. Enunciados do FPPC	251
9. Quadro resumo	253

Parte II – RECURSOS CÍVEIS EM ESPÉCIE

Capítulo I – Apelação	259
1. Introdução	259
2. Requisitos de admissibilidade	260
2.1. Cabimento	260
2.1.1. Sentença (art. 1.009, <i>caput</i> , do CPC)	262
2.1.2. Decisões interlocutórias previstas no art. 1.015 do CPC que integrarem capítulo da sentença (art. 1.009, § 3º, do CPC)	264
2.1.3. Capítulo da sentença que confirma, concede ou revoga tutela provisória (art. 1.013, § 5º, do CPC)	265

2.1.4. Decisões interlocutórias que não se sujeitam ao regime de preclusão (art. 1.009, § 1º, do CPC)	266
2.2. Legitimidade recursal	270
2.3. Interesse recursal	270
2.4. Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do poder de recorrer	270
2.5. Tempestividade	271
2.6. Preparo	271
2.7. Regularidade formal	271
3. Efeitos	272
3.1. Devolutivo	273
3.1.1. Profundidade e extensão	273
3.1.2. Julgamento do mérito diretamente pelo tribunal (causa madura)	275
3.2. Suspensivo	278
4. Interposição e processamento	286
4.1. No juízo <i>a quo</i>	286
4.2. No juízo <i>ad quem</i>	289
5. Questões de fato não invocadas no juízo inferior	290
6. Apelação em caso de indeferimento da petição inicial	290
7. Apelação em caso de improcedência liminar do pedido	292
8. Apelação em caso de sentença terminativa	294
9. Enunciados Do FPPC	295
10. Modelos de petição	297
10.1. Apelação pedindo a reforma da sentença	297
10.2. Apelação pedindo a anulação da sentença	300
10.3. Apelação contra sentença terminativa	303
10.4. Pedido de efeito suspensivo ao recurso de apelação	306
10.5. Resposta ao recurso de apelação	309
11. Quadro resumo	311

Capítulo II – Agravo de instrumento	315
--	------------

1. Introdução	315
1.1. Recorribilidade das decisões interlocutórias de primeiro grau	315
1.2. Perspectiva histórica da recorribilidade das decisões interlocutórias de primeiro grau	317
2. Requisitos de admissibilidade	320
2.1. Cabimento	320
2.1.1. Considerações iniciais	320
2.1.2. O rol do art. 1.015 do CPC	322
2.1.2.1. Tutelas provisórias	322
2.1.2.2. Mérito do processo	326
2.1.2.3. Rejeição da alegação de convenção de arbitragem	328
2.1.2.4. Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica	329
2.1.2.5. Rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação	331
2.1.2.6. Exibição ou posse de documento ou coisa ..	332
2.1.2.7. Exclusão de litisconsorte	332
2.1.2.8. Rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio	333
2.1.2.9. Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros	334
2.1.2.10. Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução	334
2.1.2.11. Redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º	336
2.1.2.12. Outros casos expressamente referidos em lei	339
2.1.2.12.1. A situação específica do sobrestamento de causas em decorrência	

do julgamento dos recursos especial e extraordinário repetitivos	341
2.1.2.13. Decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença, na fase de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário	343
2.1.2.13.1. Na liquidação de sentença	344
2.1.2.13.2. No cumprimento de sentença	346
2.1.2.13.3. No processo de execução	347
2.1.2.13.4. No processo de inventário	348
2.1.3. Taxatividade (ou não) do art. 1.015 do CPC	349
2.2. Legitimidade recursal	355
2.3. Interesse recursal	355
2.4. Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do poder de recorrer	355
2.5. Tempestividade	355
2.6. Preparo	355
2.7. Regularidade formal	356
3. Efeitos	359
4. Interposição e processamento	361
4.1. Formas de interposição	364
5. Comunicação ao juízo <i>a quo</i>	365
6. Enunciados do FPPC	368
7. Modelos de petição	369
7.1. Agravo de instrumento simples pedindo reforma da decisão	369
7.2. Agravo de instrumento com pedido de efeito ativo	372
7.3. Agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo ...	374
7.4. Agravo de instrumento interposto fora das hipóteses contempladas expressamente pelo art. 1.015 do CPC	377
7.5. Resposta ao recurso de agravo de instrumento	380
8. Quadro resumo	383

Capítulo III – Agravo interno	387
1. Introdução	387
2. Cabimento	388
3. Requisitos de admissibilidade, interposição e processamento	389
4. Multa	392
5. Modelo de Petição	393
6. Enunciados do FPPC	396
7. Quadro resumo	397
 Capítulo IV – Embargos de declaração	 399
1. Introdução	399
2. Natureza jurídica	401
3. Requisitos de admissibilidade	403
3.1. Cabimento	403
3.1.1. Esclarecer obscuridade	404
3.1.2. Eliminar contradição	405
3.1.3. Suprir omissão	407
3.1.4. Corrigir erro material	411
3.2. Legitimidade recursal	412
3.3. Interesse recursal	413
3.4. Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do poder de recorrer	414
3.5. Tempestividade	414
3.6. Preparo	415
3.7. Regularidade formal	416
4. Oposição e processamento	417
5. Efeitos	418
5.1. Especificamente o efeito suspensivo	419
5.2. Especificamente o efeito interruptivo	421
5.3. Especificamente o efeito infringente	424
6. Competência e julgamento (art. 1.024)	427

6.1. Especificamente as consequências no recurso anteriormente interposto pela parte contrária (art. 1.024, §§ 4º e 5º)	430
6.2. Fungibilidade	432
6.3. Embargos protelatórios (art. 1.026, §§ 2º ao 4º)	433
7. Pré-questionamento pelos embargos de declaração (art. 1.025) ...	435
8. Enunciados do FPPC	435
9. Modelos de petição	436
9.1. Embargos de declaração fundados em omissão	436
9.2. Resposta a recurso de embargos de declaração	438
10. Quadro resumo	439

Capítulo V – Recurso Ordinário 443

1. Introdução	443
2. Cabimento	444
3. Requisitos de admissibilidade	447
4. Efeitos	448
5. Interposição e processamento	449
6. Modelo de Petição	450
7. Enunciados do FPPC	452
8. Quadro resumo	452

Capítulo VI – Recurso especial e recurso extraordinário 455

1. Introdução	455
2. Cabimento	457
2.1. Recurso extraordinário	457
2.2. Recurso especial	458
3. Requisitos de admissibilidade	461
3.1. Requisitos gerais/processuais	461
3.2. Requisitos específicos/constitucionais	466
3.2.1. Esgotamento das instâncias recursais ordinárias ("causa decidida")	466
3.2.2. Proibição do reexame de matéria fática	468

3.2.3.	Prequestionamento	470
3.2.4.	Repercussão geral	471
3.2.5.	Ofensa reflexa	474
3.2.6.	Dissídio jurisprudencial	477
3.2.7.	Relevância da questão federal	479
4.	Interposição e processamento	482
4.1.	Interposição conjunta de recurso especial e recurso extraordinário	483
5.	Regras procedimentais comuns ao recurso especial e ao recurso extraordinário	489
5.1.	Juízo de admissibilidade	489
5.2.	Procedimento de admissibilidade e gestão do recurso especial e do recurso extraordinário	490
5.3.	Julgamento do recurso especial e do recurso extraordinário repetitivos	496
5.3.1.	Seleção dos recursos representativos da controvérsia repetitiva	496
5.3.2.	Processamento dos recursos repetitivos	499
5.3.3.	Efeitos do julgamento nos Tribunais Superiores	504
5.3.4.	Efeitos do julgamento nos tribunais locais e no primeiro grau de jurisdição	504
5.3.5.	Celebração de acordo e negócio jurídico processual no âmbito dos recursos repetitivos	508
5.4.	Suspensão dos processos em todo o território nacional	509
5.5.	Efeitos devolutivo e suspensivo	510
6.	Modelos de Petição	512
6.1.	Modelo de recurso especial	512
6.2.	Modelo de recurso extraordinário	516
7.	Enunciados do FPPC	521
8.	Quadro resumo	525

Capítulo VII – Agravo em recurso especial e recurso extraordinário	529
1. Introdução	529
2. Agravo da decisão de não admissão de recurso especial e recurso extraordinário	532
2.1. Requisitos de admissibilidade	532
2.2. Interposição e processamento	534
3. Agravo interno contra não admissão de recurso especial e recurso extraordinário	536
3.1. Cabimento	537
3.2. Requisitos de admissibilidade, interposição e processamento	540
3.3. Agravo interno contra indeferimento do pedido de intempestividade de recurso extraordinário ou recurso especial ...	543
4. Modelos de Petição	544
4.1. Agravo de admissão de recurso especial	544
4.2. Agravo de admissão de recurso extraordinário	548
5. Enunciados do FPPC	555
6. Quadro resumo	555
 Capítulo VIII – Embargos de Divergência	 559
1. Introdução	559
2. Cabimento	562
3. Requisitos de admissibilidade, interposição e processamento	566
4. Modelo de Petição	569
5. Enunciados do FPPC	572
6. Quadro resumo	572
 Recomendação CNJ nº 134/2022 – Dispõe sobre o tratamento de precedentes no Direito Brasileiro	 574
 Bibliografia	 583